

Capuano critica decisão de Zélia

A suspensão da formação de novos grupos e da venda de novas cotas de consórcios de imóveis vai prejudicar milhares de pessoas que estavam pensando em realizar o sonho da casa própria com a compra de um imóvel usado ou a construção de uma pequena casa, afirmou ontem o presidente licenciado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci), Roberto Capuano. "Cassaram o direito de livre escolha da população, que continua obrigada a comprar apenas de quem tem o financiamento, pagando sempre mais caro."

Roberto Capuano qualifica de "ingênuo" o argumento usado por alguns construtores, de que o consórcio de imóveis é um consórcio de dinheiro: "Todo consórcio é de dinheiro porque o consorciado recebe dinheiro para comprar o bem determinado, seja automóvel ou imóvel", ressalta. Ele critica especialmente o secretário da Fazenda Nacional, Geraldo Gardenalli, que foi quem determinou à Receita Federal a suspensão dos consórcios. A portaria suspendendo os consórcios habitacionais foi assinada segunda-feira pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Os corretores de imóveis apóiam a manutenção dos consórcios habi-

tacionais porque acreditam que quanto mais compradores e vendedores de imóveis houver, mais condições se terá de eliminar o déficit habitacional. Para Roberto Capuano, a suspensão do consórcio é um "filme velho" porque reprisa exatamente o que aconteceu com a caderneta de poupança habitacional vinculada em 1988 — o poupador perdeu o direito de optar por um imóvel usado e a Caixa Econômica Federal (CEF) fechou essa poupança apenas dois meses depois de lançá-la. A caderneta vinculada e o consórcio habitacional têm em comum, conforme o presidente do Creci, o fato de assegurarem à população o direito de escolha — com a carta de crédito em mãos, as pessoas podem comprar um imóvel novo, um usado, um pré-fabricado ou então construir.

Para o presidente do Creci de São Paulo, se a caderneta vinculada e o consórcio habitacional tivessem sido criados juntamente com o SFH, em 1965, hoje o País contabilizaria um saldo de 12 milhões de moradias e não apenas quatro milhões. "Essa produção reduzida ocorreu porque se destinaram 75% dos recursos do SFH para a construção de imóveis de luxo, casas de praia, de campo e shopping centers", afirmou.